

caderno de  
**QUESTÕES**



- Questões da banca Instituto Selecon, selecionadas de acordo com os assuntos mais cobrados nos anos de 2022 a 2026 em provas de nível médio e superior.
- Conteúdo organizado por disciplinas.

# 1.000

# QUESTÕES DE PROVAS INSTITUTO SELECON

Português  
Matemática, Estatística e Raciocínio Lógico  
Informática  
Direito Constitucional e Direitos Humanos  
Direito Administrativo

Direito Penal e Processual Penal  
Direito Civil e Processual Civil  
Lei de Licitações  
Administração Geral e Pública e AFO  
Redação Oficial

**1.000**

**QUESTÕES PARA A**

**INSTITUTO  
SELECON**

# APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo em que você revisa a teoria estudada, pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série Caderno de Questões apresenta 1.000 questões gabaritadas da banca Instituto Nacional de Seleções e Concursos (Selecon), reunindo as questões mais recentes, organizadas conforme as disciplinas e os temas de maior incidência em concursos diversos, para os níveis médio e superior.

O material está dividido por disciplinas, de acordo com os assuntos mais cobrados entre 2022 e 2026, para que você conheça os principais pontos e a forma de abordagem da banca.

Neste material, você encontra, ainda, o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.



# AVISO IMPORTANTE

**ESTE É UM MATERIAL DE DEMONSTRAÇÃO**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da apostila. Aqui você encontrará o sumário do material e algumas páginas selecionadas, para que possa conhecer a qualidade, a estrutura e a metodologia do nosso conteúdo. No entanto, esta não é a apostila completa.


**POR QUE  
ADQUIRIR  
A VERSÃO  
COMPLETA?**

- ✓ conteúdo organizado de acordo com o edital;
- ✓ teoria objetiva e atualizada;
- ✓ dicas e fluxogramas para auxiliar a memorização;
- ✓ questões gabaritadas para o treino da teoria.


**GARANTA A VERSÃO COMPLETA DO  
MATERIAL COMPLETO COM DESCONTO!**


**QUERO MATERIAL COMPLETO!**

# SUMÁRIO

PORTUGUÊS .....	17
→ ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	17
→ ACENTUAÇÃO.....	17
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	21
→ SUBSTANTIVO .....	24
→ CONJUGAÇÃO. RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	26
→ ADVÉRBIO .....	31
→ CONJUNÇÃO.....	33
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS .....	41
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS .....	44
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO .....	47
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES.....	49
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO .....	50
→ TERMOS INTEGRANTES (OBJETO DIRETO E INDIRETO, COMPLEMENTO NOMINAL E AGENTE DA PASSIVA).....	55
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO). VOCATIVO .....	56
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES, ETC).....	60
→ CRASE.....	66
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL) .....	68
→ VOZES (VOZ PASSIVA E VOZ ATIVA).....	70
→ COERÊNCIA. COESÃO (ANÁFORA, CATÁFORA, USO DOS CONECTORES - PRONOMES RELATIVOS, CONJUNÇÕES, ETC) .....	73
→ FIGURAS DE LINGUAGEM .....	76
→ ELEMENTOS DA COMUNICAÇÃO E FUNÇÕES DA LINGUAGEM.....	77
→ VOCÁBULO "QUE" .....	78
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	79
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL.....	93
→ REESCRITA DE FRASES. SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	95
→ GABARITO  .....	97

# MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO.....99


→ ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	99
→ MÉDIA PONDERADA .....	99
→ QUANTIS (MEDIANA, QUARTIL, DECIL, PERCENTIL) E INTERPOLAÇÃO LINEAR DA OGIVA .....	99
→ DESVIO PADRÃO E VARIÂNCIA.....	99
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	99
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO .....	100
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA .....	100
→ CONCEITOS BÁSICOS E DEFINIÇÕES DE AMOSTRAGEM EM ESTATÍSTICA.....	100
→ MATEMÁTICA - DEFINIÇÃO, SUBCONJUNTOS, INCLUSÃO E PERTINÊNCIA, OPERAÇÕES, CONJUNTO DAS PARTES .....	100
→ NÚMERO DE ELEMENTOS DA UNIÃO, DA INTERSECÇÃO, DO COMPLEMENTO E DA DIFERENÇA .....	100
→ NÚMEROS NATURAIS: INTRODUÇÃO, REPRESENTAÇÃO, PROPRIEDADES .....	101
→ ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO, MULTIPLICAÇÃO E DIVISÃO DE NÚMEROS NATURAIS.....	101
→ FRAÇÕES E DÍZIMAS PERIÓDICAS.....	101
→ OPERAÇÕES COM NÚMEROS DECIMAIS.....	102
→ EXPRESSÕES ARITMÉTICAS.....	102
→ PROPORÇÕES. GRANDEZAS PROPORCIONAIS. DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS .....	102
→ REGRA DE TRÊS SIMPLES.....	103
→ PORCENTAGEM .....	103
→ INTERPRETAÇÃO DE GRÁFICOS E TABELAS.....	104
→ UNIDADES DE MEDIDA (DISTÂNCIA, MASSA, VOLUME, TEMPO, ETC) .....	105
→ ANÁLISE COMBINATÓRIA (PRINCÍPIO FUNDAMENTAL DA CONTAGEM, ARRANJOS, COMBINAÇÕES, PERMUTAÇÕES) .....	106
→ EQUAÇÕES DE PRIMEIRO GRAU .....	107
→ FUNÇÃO DE SEGUNDO GRAU .....	108
→ SISTEMAS LINEARES.....	108
→ ÁREA E PERÍMETRO DO TRIÂNGULO .....	108
→ RELAÇÕES MÉTRICAS NO TRIÂNGULO RETÂNGULO (INCLUI TEOREMA DE PITÁGORAS).....	109
→ QUADRILÁTEROS (PROPRIEDADES, ÁREA, PERÍMETRO, SOMA DOS ÂNGULOS, ETC).....	109
→ POLÍGONOS REGULARES (MEDIDA DO LADO, DIAGONAL, APÓTEMA E ÁREA; ÂNGULO INTERNO).....	109
→ GEOMETRIA ESPACIAL .....	110
→ GEOMETRIA ANALÍTICA.....	110
→ MÉTODOS NUMÉRICOS.....	111
→ RACIOCÍNIO LÓGICO - TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS .....	111
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS).....	112
→ ARGUMENTOS - MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE .....	112
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES CATEGÓRICAS, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES .....	113
→ GABARITO  .....	114

<b>INFORMÁTICA .....</b>	<b>117</b>
→ CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO .....	117
→ MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.) .....	117
→ PERIFÉRICOS (DISPOSITIVOS DE ENTRADA E SAÍDA).....	118
→ WINDOWS 10.....	119
→ WINDOWS 11.....	120
→ LINUX / UNIX .....	121
→ WORD 2019.....	122
→ EXCEL 2019.....	122
→ POWERPOINT 2019 .....	122
→ WRITER .....	123
→ CONCEITOS, MODELOS, TIPOS E TOPOLOGIAS DE REDES.....	123
→ EQUIPAMENTOS, MEIOS DE TRANSMISSÃO E CONEXÃO .....	123
→ CONCEITOS DE INTERNET.....	124
→ GOOGLE CHROME.....	124
→ AMEAÇAS (VÍRUS, WORMS, TROJANS, MALWARE, ETC.).....	125
→ BACKUP .....	126
→ GABARITO  .....	127

## **DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS .....129**


→ DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOCTRINA) - FORMAS DE ESTADO E GOVERNO, SISTEMAS DE GOVERNO, SEPARAÇÃO DE PODERES. FREIO E CONTRAPESOS .....	129
→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	129
→ PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO, DERIVADO, REFORMADOR, REVISOR, DECORRENTE, ETC).....	129
→ MÉTODOS E PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS.....	129
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988).....	130
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS).....	130
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988).....	130
→ MANDADO DE SEGURANÇA.....	130
→ DIREITOS SOCIAIS E DOS TRABALHADORES (ARTS. 6º E 7º DA CF/1988).....	131
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS) .....	131
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS.....	131
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE.....	131
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988).....	131
→ UNIÃO: BENS E COMPETÊNCIAS EXCLUSIVAS, PRIVATIVAS, COMUNS E CONCORRENTES (ARTS. 20 A 24 DA CF/1988).....	132
→ MUNICÍPIOS - ORGANIZAÇÃO E COMPETÊNCIAS (ARTS. 29 A 31 DA CF/1988).....	132
→ INTERVENÇÃO FEDERAL E ESTADUAL (ARTS. 34 A 36 DA CF/1988).....	132
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988).....	132
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988).....	132

→ DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL (ARTS. 48 A 50 DA CF/1988).....	133
→ DO SENADO FEDERAL (ART. 52 DA CF/1988).....	133
→ DA EMENDA À CONSTITUIÇÃO (ART. 60 DA CF/1988).....	133
→ MEDIDAS PROVISÓRIAS .....	133
→ FASES DO PROCESSO LEGISLATIVO (INICIATIVA, DISCUSSÃO, VOTO, VETO, SANÇÃO, PROMULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO).....	133
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988) .....	134
→ TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS .....	134
→ DO PRESIDENTE E VICE PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 76 A 83 DA CF/1988).....	134
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988).....	134
→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988).....	134
→ DOS MINISTROS DE ESTADO (ARTS. 87 E 88 DA CF/1988) .....	134
→ RESERVA DE PLENÁRIO (PODER JUDICIÁRIO, ART. 97 DA CF/1988).....	135
→ DOS PRECATÓRIOS (ART. 100 DA CF/1988) .....	135
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988).....	135
→ FUNÇÕES INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO).....	135
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988).....	136
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988) .....	136
→ DOS PRINCÍPIOS GERAIS (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, ARTS. 145 A 149-B DA CF/1988) .....	136
→ LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR (ARTS. 150 A 152 DA CF/1988) .....	136
→ DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS (ART. 156 DA CF/1988).....	137
→ DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS (ARTS. 157 A 162 DA CF/1988) .....	137
→ DOS ORÇAMENTOS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 165 A 169 DA CF/1988) .....	137
→ PRINCÍPIOS GERAIS DA ORDEM ECONÔMICA (ARTS. 170 A 172 E 175 A 181 DA CF/1988).....	137
→ ATUAÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (ARTS. 173 E 174 DA CF/1988) .....	137
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988) .....	138
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988) .....	138
→ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 201 E 202 DA CF/1988).....	138
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988).....	139
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988) .....	139
→ DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS (ARTS. 233 A 250 DA CF/1988) .....	139
→ FORMAS DE CONTROLE: SISTEMAS, MOMENTOS, MODELOS E VIAS DE CONTROLE .....	139
→ CONTROLE DIFUSO (INCIDENTAL OU INCIDENTER TANTUM).....	139
→ DIREITOS HUMANOS - DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS (DUDH).....	140
→ DISPOSIÇÕES PRELIMINARES (ARTS. 1º AO 7º DA LEI Nº 10.741/2003).....	140
→ DO DIREITO À SAÚDE (ARTS. 15 AO 19 DA LEI Nº 10.741/2003) .....	140
→ DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO IDOSO (ARTS. 46 AO 68 DA LEI Nº 10.741/2003) .....	<b>140</b>
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º AO 3º DA LEI Nº 13.146/2015).....	141
→ DO DIREITO À EDUCAÇÃO (ARTS. 27 A 30 DA LEI Nº 13.146/2015).....	141
→ LEI Nº 10.216/2001 - DIREITOS E PROTEÇÃO DAS PESSOAS PORTADORAS DE TRANSTORNO MENTAL.....	141

→ LEI Nº 12.764/2012 - POLÍTICA NACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM AUTISMO.....	141
→ DIREITOS DAS PESSOAS PRESAS.....	142
→ LEI Nº 10.098/2000 - ACESSIBILIDADE DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA.....	142
→ DECRETO Nº 7.053/2009 - POLÍTICA NACIONAL PARA A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA.....	142
→ GABARITO  .....	142

## DIREITO ADMINISTRATIVO ..... 145


→ ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO.....	145
→ PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS.....	145
→ PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS.....	145
→ CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS.....	145
→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	146
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	146
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO.....	146
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO).....	146
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO.....	146
→ PODER HIERÁRQUICO.....	146
→ PODER DISCIPLINAR.....	147
→ PODER DE POLÍCIA.....	147
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	147
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS).....	147
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA.....	147
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	148
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO).....	148
→ LEI Nº 13.303/2016 - ESTATUTO JURÍDICO DA EP E SEM (ARTS. 1º A 27).....	148
→ CONCEITOS INICIAIS E TEORIAS DA RESPONSABILIDADE.....	148
→ RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS E DIREITO DE REGRESSO.....	148
→ CLASSIFICAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS.....	149
→ AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS - LEI Nº 8.987/1995).....	149
→ CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS.....	149
→ LEI Nº 11.079/2004 - PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP).....	149
→ LEI Nº 11.107/2005 - NORMAS GERAIS DE CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PÚBLICOS.....	149
→ LEI Nº 13.460/2017 - DIREITOS BÁSICOS DO USUÁRIO DO SERVIÇO PÚBLICO.....	150
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES.....	150
→ CONTROLE ADMINISTRATIVO (DIREITO ADMINISTRATIVO).....	150
→ PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO).....	150
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS E CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	150
→ CONTROLE POPULAR OU SOCIAL.....	150
→ CONTROLE JURISDICIONAL.....	151

→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 12.846/2013).....	151
→ DA RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (ARTS. 6º E 7º DA LEI Nº 12.846/2013).....	151
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS .....	151
→ CLASSIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS .....	151
→ ACUMULAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS E FUNÇÕES .....	152
→ ESTABILIDADE E ESTÁGIO PROBATÓRIO .....	152
→ VENCIMENTO E REMUNERAÇÃO (ARTS. 40 A 48 DA LEI Nº 8.112/1990).....	152
→ DAS VANTAGENS: INDENIZAÇÕES (ARTS. 49 A 60-E DA LEI Nº 8.112/1990).....	152
→ DO REGIME DISCIPLINAR (ARTS. 116 A 142 DA LEI Nº 8.112/1990).....	153
→ DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR (ARTS. 143 A 182 DA LEI Nº 8.112/1990) .....	153
→ LEI Nº 8.745/1993 - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA .....	153
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	153
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992) .....	153
→ DAS PENAS (ART. 12 DA LEI Nº 8.429/1992).....	154
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992).....	154
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999).....	154
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999).....	155
→ DECRETO Nº 10.024/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO .....	155
→ DECRETO Nº 10.024/2019 - PREGÃO ELETRÔNICO .....	155
→ DESAPROPRIAÇÃO .....	155
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011).....	155
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011) .....	156
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	156
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011) .....	156
→ GABARITO  .....	156

## DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL ..... 159


→ DIREITO PENAL - CONCEITOS, OBJETO, TEORIAS E EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL.....	159
→ PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL.....	159
→ PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL.....	159
→ LEI PENAL (CONCEITO, CLASSIFICAÇÃO, CARACTERÍSTICAS, INTERPRETAÇÃO).....	160
→ CONFLITOS DE LEIS PENAIS NO TEMPO (ARTS. 1º E 2º DO CP).....	160
→ LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA (ART. 3º DO CP).....	160
→ TEMPO DO CRIME (ART. 4º DO CP).....	160
→ LUGAR DO CRIME (ART. 6 DO CP).....	160
→ PRINCÍPIO DA TERRITORIALIDADE (ART. 5º DO CP).....	161
→ PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO (ART. 8º DO CP).....	161
→ CONCEITO DE CRIME O CONCEITO DE CRIME É O PONTO DE PARTIDA PARA A COMPREENSÃO DOS PRINCIPAIS INSTITUTOS DO DIREITO PENAL (MASSON, 2019, P. 153). SOB O ASPECTO ANALÍTICO, CRIME É:.....	161

→ AÇÃO E OMISSÃO (ART. 13, § 2º, DO CP) .....	161
→ ERRO DE TIPO (ART. 20 DO CP) .....	161
→ TIPICIDADE E RESULTADO .....	161
→ NEXO DE CAUSALIDADE: CONCAUSAS (ART. 13, § 1º, DO CP) .....	162
→ FASES DO DELITO .....	162
→ TENTATIVA (CRIME) (ART. 14, INCISO II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP).....	162
→ ARREPENDIMENTO POSTERIOR (ART. 16 DO CP).....	162
→ ESTADO DE NECESSIDADE (ART. 24 DO CP) .....	162
→ IMPUTABILIDADE PENAL (ARTS. 26 A 28 DO CP).....	162
→ POTENCIAL CONSCIÊNCIA DA ILICITUDE: ERRO DE PROIBIÇÃO E DESCRIMINANTES PUTATIVAS (ARTS. 20, §1º, E 21 DO CP) .....	163
→ EXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA (ART. 22 DO CP) .....	163
→ CONCURSO DE PESSOAS (ARTS. 29 A 31 DO CP).....	163
→ CLASSIFICAÇÕES DOS CRIMES .....	163
→ DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS (ARTS. 43 A 48 E 54 A 57 DO CP) .....	163
→ EFEITOS DA CONDENAÇÃO (ARTS. 91 A 92 DO CP).....	163
→ HOMICÍDIO (ART. 121 DO CP) .....	164
→ DAS LESÕES CORPORAIS (ART. 129 DO CP).....	164
→ DO FURTO (ARTS. 155 E 156 DO CP).....	164
→ DO ROUBO E DA EXTORSÃO (ARTS. 157 A 160 DO CP) .....	164
→ DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA (ARTS. 168 A 170 DO CP) .....	165
→ DOS CRIMES CONTRA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO (ARTS. 197 A 207 DO CP).....	165
→ MOEDA FALSA (ART. 289 DO CP) .....	165
→ FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO (ART. 297 DO CP).....	165
→ FUNCIONÁRIO PÚBLICO PARA FINS PENAIS (ART. 327 DO CP).....	165
→ PECULATO (ART. 312 DO CP) .....	165
→ EMPREGO IRREGULAR DE VERBAS OU RENDAS PÚBLICAS (ART. 315 DO CP) .....	166
→ CONCUSSÃO E EXCESSO DE EXAÇÃO (ART. 316 DO CP) .....	166
→ CORRUPÇÃO PASSIVA (ART. 317 DO CP).....	166
→ PREVARICAÇÃO (ARTS. 319 E 319-A DO CP).....	167
→ CORRUPÇÃO ATIVA (ART. 333 DO CP) .....	167
→ DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS (ARTS. 337-E A 337-P DO CP).....	167
→ DIREITO PROCESSUAL PENAL - PROCESSO PENAL, SEUS SISTEMAS E PRINCÍPIOS .....	167
→ INQUÉRITO POLICIAL (ARTS. 4º A 23 DO CPP) .....	167
→ DA AÇÃO PENAL (ARTS. 24 A 62 DO CPP) .....	168
→ CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA .....	168
→ TEORIA GERAL DA PROVA PENAL (ARTS. 155 A 157 DO CPP) .....	168
→ DO EXAME DE CORPO DE DELITO, DA CADEIA DE CUSTÓDIA E DAS PERÍCIAS EM GERAL (ARTS. 158 A 184 DO CPP) .....	169
→ DO RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS (ARTS. 226 A 228 DO CPP) .....	169
→ DA BUSCA E APREENSÃO (ARTS. 240 A 250 DO CPP).....	169
→ DA PRISÃO EM FLAGRANTE (ARTS. 301 A 310 DO CPP) .....	169


→ DAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ARTS. 319 A 320 DO CPP).....	169
→ PROCEDIMENTO DOS CRIMES DA COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI (ARTS. 406 A 497 DO CPP) .....	170
→ GABARITO  .....	170

## DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL ..... 171

→ DIREITO CIVIL - DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10).....	171
→ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21).....	171
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52).....	171
→ DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61) .....	171
→ DAS FUNDAÇÕES (ARTS. 62 A 69).....	171
→ DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	171
→ CLASSIFICAÇÃO DOS BENS (ARTS. 79 A 97).....	172
→ NEGÓCIO JURÍDICO. CLASSIFICAÇÕES. DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 104 A 114) .....	172
→ DEFEITOS OU VÍCIOS DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 138 A 165).....	172
→ INVALIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO (ARTS. 166 A 184).....	172
→ DAS OBRIGAÇÕES DE DAR (ARTS. 233 A 246).....	172
→ DA CESSÃO DE CRÉDITO (ARTS. 286 A 298) .....	172
→ DA ASSUNÇÃO DE DÍVIDA (ARTS. 299 A 303) .....	172
→ DO PAGAMENTO (ARTS. 304 A 333).....	172
→ DO PAGAMENTO EM CONSIGNAÇÃO (ARTS. 334 A 345).....	173
→ DO PAGAMENTO COM SUB-ROGAÇÃO (ARTS. 346 A 351).....	173
→ DA COMPENSAÇÃO (ARTS. 368 A 380) .....	173
→ DAS PERDAS E DANOS (ARTS. 402 A 405).....	173
→ PRINCÍPIOS CONTRATUAIS NO CÓDIGO CIVIL.....	173
→ DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS (ARTS. 441 A 446).....	173
→ DOS CONTRATOS ALEATÓRIOS (ARTS. 458 A 461).....	173
→ DA RESOLUÇÃO POR ONEROSIDADE EXCESSIVA (ARTS. 478 A 480) .....	173
→ DO EMPRÉSTIMO (ARTS. 579 A 592).....	174
→ DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO (ARTS. 593 A 609) .....	174
→ DO MANDATO (ARTS. 653 A 692).....	174
→ DO TRANSPORTE (ARTS. 730 A 756).....	174
→ DA FIANÇA (ARTS. 818 A 839) .....	174
→ DA RESPONSABILIDADE CIVIL (ARTS. 927 A 954) .....	174
→ DISPOSIÇÕES GERAIS DOS DIREITOS REAIS (ARTS. 1.225 A 1.227).....	174
→ DA AQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE IMÓVEL - USUCAPIÃO, ACESSÃO E REGISTRO (ARTS. 1.238 A 1.259) .....	174
→ DA HIPOTECA (ARTS. 1.473 A 1.505).....	175
→ DA HERANÇA JACENTE (ARTS. 1.819 A 1.823).....	175
→ DOS TESTAMENTOS ESPECIAIS (ARTS. 1.886 A 1.896) .....	175
→ APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS (ARTS. 13 A 15).....	175
→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988).....	175


→ PRINCÍPIOS PROCESSUAIS CIVIS (ARTS. 1º A 12 E CF/1988).....	175
→ DA JURISDIÇÃO (ART. 16).....	175
→ DA AÇÃO (ARTS. 17 A 20).....	175
→ DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL (ARTS. 21 A 41) .....	176
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69) A COMPETÊNCIA NO DIREITO PROCESSUAL CIVIL PODE SER RELATIVA OU ABSOLUTA, QUANDO MENCIONAMOS COMPETÊNCIA EM DECORRÊNCIA DO VALOR DA CAUSA, ESTAMOS CITANDO A COMPETÊNCIA: .....	176
→ DA COMPETÊNCIA INTERNA (ARTS. 42 A 69).....	176
→ DA CAPACIDADE PROCESSUAL (ARTS. 70 A 76).....	176
→ DOS DEVERES DAS PARTES E DE SEUS PROCURADORES (ARTS. 77 A 102).....	176
→ DOS PROCURADORES (ARTS. 103 A 107) .....	177
→ DO LITISCONSÓRCIO (ARTS. 113 A 118).....	177
→ DA INTERVENÇÃO DE TERCEIROS (ARTS. 119 A 138) .....	177
→ DOS PODERES, DOS DEVERES E DA RESPONSABILIDADE DO JUIZ (ARTS. 139 A 143).....	177
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 144 A 148) .....	177
→ DA ADVOCACIA PÚBLICA (ARTS. 182 A 184).....	177
→ DA DEFENSORIA PÚBLICA (ARTS. 185 A 187) .....	178
→ DA FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 188 A 211).....	178
→ DO TEMPO E DO LUGAR DOS ATOS PROCESSUAIS (ARTS. 212 A 217).....	178
→ DOS PRAZOS (ARTS. 218 A 235).....	178
→ DAS CARTAS (ARTS. 260 A 268).....	178
→ DAS NULIDADES (ARTS. 276 A 283) .....	178
→ DA TUTELA PROVISÓRIA (ARTS. 294 A 311).....	178
→ DA PETIÇÃO INICIAL (ARTS. 319 A 331).....	179
→ DA IMPROCEDÊNCIA LIMINAR DO PEDIDO (ART. 332) .....	179
→ DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO OU DE MEDIAÇÃO (ART. 334).....	179
→ DA CONTESTAÇÃO (ARTS. 335 A 342) .....	180
→ DA REVELIA (ARTS. 344 A 346) .....	180
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 369 A 380).....	180
→ DA PROVA TESTEMUNHAL (ARTS. 442 A 463) .....	180
→ DA SENTENÇA E DA COISA JULGADA (ARTS. 485 A 508).....	180
→ DA LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA (ARTS. 509 A 512) .....	181
→ DO CUMPRIMENTO DA SENTENÇA (ARTS. 513 A 538) .....	181
→ DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA (ARTS. 824 A 909).....	181
→ DOS INCIDENTES DE ASSUNÇÃO E ARGUIÇÃO (ARTS. 947 A 950) .....	181
→ DO CONFLITO DE COMPETÊNCIA (ARTS. 951 A 959) .....	181
→ DA AÇÃO RESCISÓRIA (ARTS. 966 A 975).....	181
→ DISPOSIÇÕES GERAIS - RECURSOS (ARTS. 994 A 1.008) .....	182
→ DA APELAÇÃO (ARTS. 1.009 A 1.014).....	182
→ DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (ARTS. 1.022 A 1.026) .....	182
→ DOS RECURSOS PARA O STF E STJ (ARTS. 1.027 A 1.044) .....	182
→ GABARITO  .....	182

## LEI DE LICITAÇÕES..... 185

→ DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021).....	185
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021).....	185
→ OBJETIVOS, FASES E FORMALIDADES (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 14.133/2021).....	186
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021).....	187
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021).....	187
→ CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (ARTS. 33 A 39 DA LEI Nº 14.133/2021).....	187
→ DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO (ARTS. 53 A 54 DA LEI Nº 14.133/2021).....	188
→ FASES DA LICITAÇÃO - JULGAMENTO, HABILITAÇÃO E ENCERRAMENTO (ARTS. 55 A 71 DA LEI Nº 14.133/2021).....	188
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021).....	188
→ ALIENAÇÕES (ARTS. 76 E 77 DA LEI Nº 14.133/2021).....	189
→ INSTRUMENTOS AUXILIARES (ARTS. 78 A 88 DA LEI Nº 14.133/2021).....	189
→ CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 89 A 95 DA LEI Nº 14.133/2021).....	189
→ GARANTIAS (ARTS. 96 A 102 DA LEI Nº 14.133/2021).....	190
→ PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO (ART. 104 DA LEI Nº 14.133/2021).....	190
→ DURAÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 105 A 114 DA LEI Nº 14.133/2021).....	190
→ EXECUÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 115 A ART. 123 DA LEI Nº 14.133/2021).....	190
→ ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS (ART. 124 A 136 DA LEI Nº 14.133/2021).....	190
→ HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS (ARTS. 137 A 139 DA LEI Nº 14.133/2021).....	191
→ RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO (ART. 140 DA LEI Nº 14.133/2021).....	191
→ NULIDADE DOS CONTRATOS (ARTS. 147 A 150 DA LEI Nº 14.133/2021).....	191
→ INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 155 A 163 DA LEI Nº 14.133/2021).....	191
→ IMPUGNAÇÕES, PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E RECURSOS (ARTS. 164 A 168 DA LEI Nº 14.133/2021).....	191
→ PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS - PNCP (ARTS. 174 A 176 DA LEI Nº 14.133/2021).....	191
→ DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS (ARTS. 181 A 194 DA LEI Nº 14.133/2021).....	191
→ GABARITO  .....	192


## ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA E AFO ..... 193

→ ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO).....	193
→ EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE.....	193
→ ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA.....	193
→ ESCOLA DA TEORIA CLÁSSICA.....	193
→ TEORIA DA BUROCRACIA.....	193
→ TEORIA COMPORTAMENTAL.....	193
→ TEORIA DOS SISTEMAS (ABORDAGEM SISTÊMICA DA ADMINISTRAÇÃO).....	194
→ GOVERNANÇA PÚBLICA.....	194
→ ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA.....	194

→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE PLANEJAMENTO (DIRETRIZES, PRINCÍPIOS, CARACTERÍSTICAS, ETAPAS, NÍVEIS).....	194
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO .....	194
→ INTENÇÃO ESTRATÉGICA OU DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	194
→ ESTRATÉGIA E VANTAGEM COMPETITIVA.....	194
→ BALANCED SCORECARD (BSC) .....	194
→ DESENHO ORGANIZACIONAL (CONCEITOS, TIPOS, CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO).....	194
→ DEPARTAMENTALIZAÇÃO (CONCEITOS E TIPOS).....	195
→ REPRESENTAÇÕES GRÁFICAS (OSM).....	195
→ GESTÃO DE CONFLITOS.....	195
→ CULTURA ORGANIZACIONAL.....	195
→ COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO .....	195
→ QUALIDADE NO ATENDIMENTO AO PÚBLICO .....	195
→ RECRUTAMENTO (GESTÃO DE PESSOAS).....	195
→ SELEÇÃO (GESTÃO DE PESSOAS) .....	196
→ AFO, DIREITO FINANCEIRO E CONTABILIDADE PÚBLICA - PRINCÍPIOS ORÇAMENTÁRIOS.....	196
→ PPA - PLANO PLURIANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	196
→ LOA - LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (CF/1988 E LEI Nº 4.320/1964).....	196
→ CICLO ORÇAMENTÁRIO.....	196
→ CRÉDITOS ADICIONAIS .....	196
→ CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA DA RECEITA .....	197
→ CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA.....	197
→ ESTÁGIOS DA DESPESA PÚBLICA.....	197
→ REGIMES ORÇAMENTÁRIO E PATRIMONIAL E EXERCÍCIO FINANCEIRO .....	197
→ PLANO DE CONTAS (PCASP).....	197
→ ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL PÚBLICA.....	198
→ PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PÚBLICO (ARTS. 3º A 10 DA LRF) .....	198
→ DESPESAS COM PESSOAL E SEGURIDADE SOCIAL (ARTS. 18 A 24 DA LRF) .....	198
→ GABARITO  .....	198

## REDAÇÃO OFICIAL..... 199

→ DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL.....	199
→ CONCEITOS, USO E CONCORDÂNCIA (PRONOMES DE TRATAMENTO).....	200
→ VOCATIVOS .....	201
→ FECHOS E IDENTIFICAÇÃO DO SIGNATÁRIO .....	201
→ DEFINIÇÃO DE PADRÃO OFÍCIO E DOCUMENTOS.....	201
→ PARTES DO DOCUMENTO (PADRÃO OFÍCIO) .....	201
→ FORMATAÇÃO (PÁGINAS, TEXTO, NUMERAÇÃO) .....	202
→ EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E MENSAGEM .....	202
→ CORREIO ELETRÔNICO (REDAÇÃO OFICIAL) .....	202
→ ATOS NORMATIVOS NO MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (MRPR).....	202

→ OUTROS TEMAS SOBRE ATOS NORMATIVOS (REDAÇÃO OFICIAL) .....	202
→ ORTOGRAFIA E GRAMÁTICA (REDAÇÃO OFICIAL).....	202
→ ATAS (REDAÇÃO OFICIAL) .....	202
→ CERTIDÃO (REDAÇÃO OFICIAL).....	203
→ DESPACHO (REDAÇÃO OFICIAL) .....	203
→ EDITAL (REDAÇÃO OFICIAL).....	203
→ PORTARIA (REDAÇÃO OFICIAL).....	203
→ GABARITO  .....	203

# PORTUGUÊS

## → ORTOGRAFIA - CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

### 1. (SELECON – 2024)

#### Jovens com ensino médio de nível técnico são mais valorizados no mercado do que os que se formam no ensino regular

Ao longo da vida, esse profissional terá, em média, uma remuneração 32% maior do que a renda daqueles que concluem o ensino médio regular, diz pesquisa. Por Jornal Nacional

27/11/2023 21h24 Atualizado há 3 semanas

Um dos investimentos públicos mais rentáveis para o Brasil é a educação técnica. Jovens que cursam o ensino médio de nível técnico são mais valorizados no mercado de trabalho do que aqueles que se formam no ensino regular.

Uma formação atual e necessária. O Pedro e a Júlia estão terminando agora o ensino médio com curso técnico em meteorologia. “Ele pensa a questão do meio ambiente, mas também das tecnologias, prevê catástrofes climáticas, **então acho que é um tema extremamente relevante** que é uma profissão que só tem a crescer”, diz Júlia de Assunção Maia, estudante do curso técnico de meteorologia.

Eles estudam no Cefet, o Centro Federal de Educação Tecnológica, mantido pelo Ministério da Educação. Daqui a duas semanas, já com o diploma na mão, os dois colegas poderão comprovar as conclusões da pesquisa feita pelo Insper - uma das principais instituições de ensino superior e pesquisa do país - em parceria com o Itaú Educação e Trabalho e o Instituto Unibanco.

O estudo revela que os formados em centros de ensino técnico de nível médio têm 5,5 pontos percentuais mais chances de estarem no mercado de trabalho formal em comparação com os trabalhadores sem formação. **Na prática, eles têm mais chances de conseguir uma vaga com carteira assinada.**

A pesquisa mostra que todos ganham no ensino médio aliado ao ensino técnico: os jovens, o mercado de trabalho, a sociedade em geral. Um investimento que gera retorno que, desta vez, foi calculado, foi medido de uma maneira bem objetiva: com resultado em reais.

Para cada R\$ 1 investido na educação profissional de nível médio, o trabalhador com diploma tem um retorno superior a R\$ 3 no salário. Ao longo da vida, esse profissional terá, em média, uma remuneração 32% maior do que a renda daqueles que concluem o ensino médio regular.

A economista Laura Muller Machado, uma das coordenadoras da pesquisa, diz que muitos desafios precisam ser vencidos. Em 2022, entre os jovens de até 19 anos, apenas 11% tiveram acesso ao ensino técnico no Brasil. Na Alemanha, esse índice chega a 50% - e, aqui, entrar não é garantia de conclusão.

“Apenas 40% dos jovens que começam o ensino técnico de nível médio eles concluem. Então, isso traz dois desafios. O primeiro é conversar com esses jovens e entender o motivo de eles estarem abandonando o ensino técnico. O outro desafio é a gente expandir cada vez mais as ofertas de ensino técnico de nível médio ao redor do país”, diz Laura.

A estudante Adrielle Silva Guimarães venceu e em 15 dias vai ter em mãos o diploma do ensino médio e de técnica em telecomunicações.

“Os meus pais não concluíram o ensino médio, mas sempre buscaram colocar a gente na escola desde cedo. Eu já estou preparada para começar a minha vida, não do zero, mas com uma profissão e com um caminho a traçar”, diz.

Fonte: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2023/11/27/jovens-com-ensino-medio-de-nivel-tecnico-sao-mais-valorizados-no-mercado-do-que-os-que-se-formam-no-ensino-regular.ghtml>. Acesso em: 21 dez. 2023

Em “Na prática, eles têm mais chances de conseguir uma vaga com carteira **assinada**” (5º parágrafo), a palavra destacada foi grafada corretamente com **SS** da mesma forma que deve ser em:

- a) propen ão
- b) deten ão
- c) impre ão
- d) inten ão

## → ACENTUAÇÃO

### 2. (SELECON – 2025)

#### Fim de semana do Dia das Crianças tem exposição do Chaves, Palhaço Topetão e mais

O Dia das Crianças é celebrado neste domingo (12) e traz muitas opções imperdíveis, que farão a alegria dos pequenos e adultos. A programação conta com shows, espetáculos, exposições e festivais, incluindo muitos eventos gratuitos. Nesta sexta-feira (10), ‘Chaves – A Exposição’, a maior mostra mundial em homenagem ao clássico seriado mexicano, estrelado por Roberto Gómez Bolaños (1929-2014) -, tem início no Via Parque Shopping, Barra da Tijuca, Zona Sudoeste.

O público carioca poderá mergulhar no universo da produção que marcou gerações - ao ser exibido no SBT por 36 anos -, com um acervo original vindo do México. O projeto foi idealizado por Roberto Gómez Fernández, filho de Chespirito - apelido do ator e comediante.

“É muito emocionante ver que, tantos anos depois, o universo que ele criou com tanto carinho continua despertando risos e reflexões. É mais do que uma homenagem a um programa de TV. É um reencontro com valores simples e universais: amizade, inocência, empatia e humor”, vibra Fernández.

A mostra apresenta mais de 20 cenários imersivos que marcam gerações, como a Vila do Chaves, a Casa do Seu Madruga, o restaurante da Dona Florinda, a sala de aula do Professor Gira-fales e a inédita Sala da Bruxa do 71, recriada pela primeira vez fora da televisão. Também há espaços dedicados ao herói trapalhão Chapolin Colorado.

“O público poderá entrar literalmente na Vila, sentir a presença dos personagens e reviver um pedacinho da infância. É uma forma de manter viva a essência do que sempre foi transmitido: que, mesmo com pouco, podemos ter muito. Ver esse legado sendo levado adiante nos enche de orgulho”, diz o filho de Bolaños, que também destaca a importância dos fãs brasileiros que acompanham a produção mexicana.

# MATEMÁTICA, ESTATÍSTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

## → ESTATÍSTICA - MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS

1. (SELECON – 2025) Uma loja de roupa realiza uma pesquisa, em determinado período, sobre a quantidade de um certo item vendido e obtém a tabela abaixo:

MÊS DE REFERÊNCIA	NÚMERO DE PEÇAS VENDIDAS
Março	164
Abril	118
Maiο	206
Junho	192

De acordo com os dados obtidos, a média mensal de itens vendidos é igual a:

- a) 120
- b) 130
- c) 150
- d) 170

2. (SELECON – 2024) As idades de Marcelo, Adriana e Joana, em anos, são respectivamente iguais a 24, 36 e 45. A média aritmética dessas três idades é igual a:

- a) 35
- b) 36
- c) 37
- d) 38

## → MÉDIA PONDERADA

3. (SELECON – 2025) Lívia, gerente de vendas, avalia o desempenho de seus pontos de venda com base em uma pontuação de 0 a 100. A Loja X obteve 90 pontos (peso 1), a Loja Y obteve 80 pontos (peso 1) e a Loja Z obteve 100 pontos (peso 2). A pontuação média ponderada da equipe de Lívia é:

- a) 87,5
- b) 90,0
- c) 91,5

d) 92,5

## → QUANTIS (MEDIANA, QUARTIL, DECIL, PERCENTIL) E INTERPOLAÇÃO LINEAR DA OGIVA

4. (SELECON – 2025) Em um grupo de três pessoas, com idades distintas entre 20 e 30 anos, a mediana das idades equivalia a 23. Com o acréscimo ao grupo de uma quarta pessoa com 35 anos, a mediana das idades passou a ser igual a 26. Antes da entrada da quarta pessoa no grupo, a idade da mais velha, em anos, é:

- a) 26 anos
- b) 27 anos
- c) 28 anos
- d) 29 anos

## → DESVIO PADRÃO E VARIÂNCIA

5. (SELECON – 2025) Sobre o desvio padrão, podemos afirmar que:

- a) nos casos em que a média não pode ser encontrada, também não será possível encontrar o desvio padrão
- b) quanto menor o desvio padrão, menor será a concentração de dados em torno da média
- c) o desvio padrão indica a dispersão dos valores de um conjunto de dados em relação à variância
- d) o desvio padrão é igual à raiz quadrada da variância

## → PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA

6. (SELECON – 2025) Das opções a seguir, a que pode ser considerada a definição clássica de probabilidade é:

- a)  $P(A) = n(A) \times n(S)$ ; onde  $P(A)$  é a probabilidade de ocorrer o evento A,  $n(A)$  é o número de casos favoráveis à ocorrência do evento A e  $n(S)$  é o número de casos possíveis do experimento
- b)  $P(A) = n(A) / n(S)$ ; onde  $P(A)$  é a probabilidade de ocorrer o evento A,  $n(A)$  é o número de casos favoráveis à

# INFORMÁTICA

## → CONCEITOS GERAIS DE INFORMÁTICA E INTRODUÇÃO

1. (SELECON – 2025) A administração científica, em seu estágio inicial, desenvolveu-se em três momentos. Enquadra-se na primeira fase desse movimento a seguinte questão:

- a) distinção entre técnicas e princípios
- b) sistema de administração de tarefas
- c) definição de princípios de administração do trabalho
- d) proposição da divisão de autoridade e responsabilidades

2. (SELECON – 2023) Uma determinada pasta, em um sistema Windows 10, contém os seguintes arquivos e respectivos tamanhos: ArquivoW.mp4 – 200 MB

ArquivoX.mdf – 2 TB ArquivoY.txt – 1 GB ArquivoZ.avi – 50 KB

Dentre estes, o arquivo que está ocupando mais espaço no disco onde está gravado é o:

- a) ArquivoW.mp4
- b) ArquivoX.mdf
- c) ArquivoY.txt
- d) Arquivoz.avi

3. (SELECON – 2023) Na operação com microcomputadores versão desktop e notebooks, um usuário observa que a configuração engloba dois tipos de componentes nessas máquinas, caracterizados a seguir.

I. É a parte física de um computador, com as peças que o compõem, como o monitor, a impressora e o mouse, por exemplo.

II. É a parte lógica de um computador, com os programas que fazem a máquina funcionar, como os aplicativos e sistemas operacionais.

Os componentes caracterizados em I e II são conhecidos, respectivamente, como:

- a) shareware e middleware
- b) middleware e hardware
- c) software e shareware
- d) hardware e software

## → MEMÓRIAS (RAM, ROM, CACHE, HD ETC.)

4. (SELECON – 2025) Nos dias atuais, tem crescido o emprego nos notebooks de um dispositivo de armazenamento que, diferente do HDD, usa memória flash não volátil para manter e acessar dados, não havendo partes de movimento mecânico. Comparado com o HDD, esse novo meio de armazenamento é mais rápido em termos de desempenho, necessita de menos potência para operar, é mais leve e silencioso, usa o formato de 2,5 pol em geral, sendo comercializados com capacidades de armazenamento de 240, 256, 480, 512 GB e 1 TB. Esse dispositivo de armazenamento é conhecido pela sigla:

- a) SSD
- b) SSH
- c) SAS
- d) SPP

5. (SELECON – 2025) Um usuário precisa adquirir, para seu computador pessoal, um tipo de memória que pode ser usada como um dispositivo de armazenamento, mantendo os dados armazenados mesmo quando o fornecimento de energia é interrompido. Esse tipo de memória é a:

- a) Cache
- b) Flash
- c) RAM
- d) SIPP

6. (SELECON – 2024) Uma empresa precisa renovar seu estoque de memórias RAM para usar nos seus computadores. No caso, os computadores vão utilizar memórias que podem transferir dados a uma taxa de 8,5 - 14,9 GB/s, usando uma frequência externa entre 400-1066 MHz.

Esse tipo de memória é a:

- a) DIP
- b) DIMM
- c) DDR3
- d) SIMM
- e) XRAM

7. (SELECON – 2023) Em termos de tecnologias, os notebooks atuais têm utilizado um novo dispositivo de armazenamento em substituição ao disco rígido tradicional. Esse novo dispositivo representa uma tendência, considerando algumas das características listadas a seguir:

- é um dispositivo de armazenamento que não tem peças móveis, e seus tempos de acesso são quase instantâneos;
- os dados são armazenados em microchips, tornando-os mais rápidos;
- é menor em tamanho, em comparação com o disco rígido, e pode mesmo ser instalado diretamente na placa mãe;
- os mais comuns possuem capacidade de armazenamento na faixa de 240 GB, 480 GB, podendo chegar a valores em 1 e 2 TB. Esse dispositivo de armazenamento é conhecido pela sigla:

- a) NFS
- b) NFC
- c) SSD
- d) SSH

# DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS

## → DIREITO CONSTITUCIONAL (CF/1988 E DOCTRINA) - FORMAS DE ESTADO E GOVERNO, SISTEMAS DE GOVERNO, SEPARAÇÃO DE PODERES. FREIO E CONTRAPESOS

1. (SELECON – 2022) O Supremo Tribunal Federal decidiu que não cabe ao Poder Judiciário aumentar vencimento dos funcionários públicos com base na isonomia. Nos termos da Constituição Federal, essa decisão realiza o princípio da:

- a) responsabilidade fiscal
- b) compensação legal
- c) vontade federal
- d) independência entre os poderes

2. (SELECON – 2026) De acordo com a Constituição Federal de 1988, a Constituição é a norma que está no topo do ordenamento jurídico brasileiro.

Isso significa que a Constituição é:

- a) é a lei mais importante do país
- b) está na base da hierarquia jurídica
- c) pode ser desrespeitada por leis estaduais
- d) é válida apenas para os Estados, mas não para os municípios

3. (SELECON – 2022) Ana Inova inicia seus estudos de interpretação da Constituição quando se depara com o conceito de Constituição dirigente, que estabelece os contornos da atividade do Estado. Segundo críticas que atualmente são feitas a essa perspectiva, a qual influi na interpretação das normas constitucionais, a Constituição dirigente gera o:

- a) movimento de mudanças políticas ilimitadas
- b) engessamento da ação política do Estado
- c) distanciamento da ação política popular
- d) colapso das instituições políticas

## → EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

4. (SELECON – 2025) A norma constitucional que garante a gratuidade de transportes coletivos urbanos para maiores de 65 anos é a norma tipificada como sendo de eficácia:

- a) plena
- b) contida

- c) limitada
- d) regulamentar

## → PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO, DERIVADO, REFORMADOR, REVISOR, DECORRENTE, ETC)

5. (SELECON – 2025) O Governador de um determinado Estado promoveu ação direta de inconstitucionalidade contra emenda constitucional perante o Supremo Tribunal Federal. Nos termos da jurisprudência da Corte Constitucional pátria e da doutrina assente, as emendas constitucionais podem sofrer limites materiais em decorrência de violação:

- a) ao quórum mínimo de votação
- b) às cláusulas da garantia de eternidade
- c) a não promulgação pela Mesa da Câmara
- d) à votação de tema rejeitado na mesma legislatura

6. (SELECON – 2022) Granada e Fuzil são estudiosos do Direito Constitucional e pretendem apresentar pesquisa sobre o poder constituinte. Na perspectiva clássica, a necessidade de Constituição surge em decorrência de:

- a) reformas
- b) emendas
- c) revoluções
- d) aditamentos

## → MÉTODOS E PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

7. (SELECON – 2024) A interpretação das normas constitucionais é realizada com base em uma gama de princípios específicos. Entre esses, está o que preconiza que se deve conferir às normas constitucionais, quando da solução de problemas, a máxima aplicação e efetivação. Com base em tal raciocínio, o Supremo Tribunal Federal tende a utilizar o princípio em questão em suas decisões, mormente para afastar interpretações divergentes da Constituição. Essa finalidade é cumprida pelo emprego do princípio denominado:

# DIREITO ADMINISTRATIVO

## → ORIGEM, CONCEITO E FONTES DO DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (SELECON – 2025) Segundo Di Pietro, embora a Administração Pública sob o aspecto objetivo tenha seu poder uno, indivisível e indelegável, se manifesta de forma específica nas diferentes funções administrativas. Quando os atos contribuem para a efetivação dos objetivos estatais e para a satisfação das demandas coletivas, tem-se a função:

- a) primária
- b) executiva
- c) legislativa
- d) jurisdicional

2. (SELECON – 2025) Segundo Hely Lopes Meirelles, administração pública é todo o aparelhamento do Estado, preordenado à realização de seus serviços, visando à satisfação das necessidades:

- a) políticas
- b) coletivas
- c) individuais
- d) partidárias

## → PRINCÍPIOS EXPRESSOS, EXPLÍCITOS OU CONSTITUCIONAIS

3. (SELECON – 2024) Em administração pública, o princípio que diz que se deve ter uma posição neutra em relação aos indivíduos, sendo proibido o prejuízo ou o privilégio a determinada pessoa específica, é conhecido como:

- a) impessoalidade
- b) publicidade
- c) moralidade
- d) legalidade

4. (SELECON – 2022) O servidor público municipal que, com intenção procrastinatória, deixa de utilizar determinada ferramenta tecnológica a seu dispor, que facilita o cumprimento de sua função, viola o princípio da:

- a) impessoalidade
- b) legalidade
- c) publicidade
- d) eficiência

## → PRINCÍPIOS IMPLÍCITOS, RECONHECIDOS E INFRACONSTITUCIONAIS

5. (SELECON – 2025) Dois servidores públicos, recém-empoados em seus cargos, estavam conversando a respeito dos princípios que regem a administração pública, os quais eles deveriam obrigatoriamente observar no exercício de suas funções. Um deles argumentou que, com base no princípio da finalidade, o administrador público:

- a) pode fazer só o que a lei manda
- b) pode fazer tudo o que a lei não proíbe
- c) deve agir buscando o interesse do seu partido
- d) deve agir buscando sempre o interesse público

6. (SELECON – 2022) Tiago Noah é Secretário Municipal de Administração do município VB e, verificando que determinado ato administrativo padece de vício de nulidade, determina, de ofício, o seu desfazimento. Trata-se da aplicação, no âmbito do controle administrativo, do princípio da:

- a) provocação
- b) inércia
- c) autotutela
- d) extensão

## → CONCEITO DE ATOS ADMINISTRATIVOS

7. (SELECON – 2023) As ações praticadas pela administração pública, nas esferas federal, estadual e municipal, no exercício da função administrativa, do direito público e da vontade do Estado, são chamadas de atos:

- a) administrativos
- b) materiais
- c) privados
- d) políticos

8. (SELECON – 2022) Toda manifestação unilateral da vontade da administração pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir ou declarar direitos ou impor obrigações aos administrados ou a si própria é chamada de:

- a) Lei provisória
- b) Norma interna
- c) Ato administrativo
- d) Função pública

# DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

## → DIREITO PENAL - CONCEITOS, OBJETO, TEORIAS E EVOLUÇÃO DO DIREITO PENAL

1. (SELECON – 2023) Gerard atua na área de Segurança Pública e é responsável por selecionar treinamentos para funcionários de várias empresas. Após discutir o conteúdo básico para um curso inaugural de Direito Penal, conclui que é essencial estabelecer o conceito de crime, entendido, correntemente, como uma ação típica, ilícita e culpável. Essa concepção é denominada:

- a) formal
- b) simples
- c) material
- d) analítica

2. (SELECON – 2023) Todos os fatos imputados ao servidor quanto às suas responsabilidades abrangerão as esferas civil, penal e administrativa. Quanto à esfera penal, esses fatos são correspondentes aos:

- a) crimes e contravenções
- b) atos omissos que resultem em prejuízo ao erário
- c) atos comissivos praticados no desempenho do cargo
- d) desempenhos considerados insatisfatórios do cargo ou da função

## → PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PENAL

3. (SELECON – 2025) Com relação aos princípios para a intervenção penal mínima e desencarceradora, aquele que tem como fundamento a aplicação da medida de monitoração, em especial no contexto de medida cautelar, não podendo assumir caráter punitivo, devendo-se garantir a plena defesa e o devido processo legal antes da aplicação de sanções, denomina-se:

- a) intervenção penal mínima
- b) presunção de inocência
- c) adequação jurídica
- d) adequação social

4. (SELECON – 2025) A imputação pessoal é um princípio que tem como característica básica que:

- a) a pena alternativa somente pode ser aplicada ao autor da ação delitiva
- b) o processo deve se ater a atos estritamente necessários à ordem jurídica justa

- c) as alternativas penais possibilitem a resolutividade quanto à violação de direitos
- d) seja aplicada dentro de um prazo considerado razoável em sintonia com os princípios constitucionais

## → PRINCÍPIOS MODERNOS DE DIREITO PENAL

5. (SELECON – 2025) Nos termos do Manual de Gestão de Alternativas Penais, existem princípios que fundamentam a intervenção penal mínima. Nessa linha, a penalidade de prisão continua existindo, mas sua aplicação deve obedecer ao princípio da:

- a) inflexão
- b) reflexão
- c) resposta
- d) subsidiariedade

6. (SELECON – 2024) O princípio da bagatela decorre do entendimento de que o direito penal não deve se preocupar com condutas que observam determinadas características. Assim, para a aplicação objetiva do princípio da insignificância deve ser observado o seguinte vetor:

- a) menor potencial ofensivo do tipo penal
- b) nenhuma periculosidade social da ação
- c) inexistência da lesão jurídica provocada
- d) ausência de reprovabilidade do comportamento do agente

7. (SELECON – 2023) Xanadu é estudioso das culturas orientais e busca fundamentos para justificar a estrutura repressiva do Estado resolvendo os conflitos que surgem no dia a dia das pessoas. Ele verifica que conflitam duas perspectivas de pensamento quanto à função do Direito Penal na sociedade. Quando ocorre a tutela dos bens mais importantes e somente atua a esfera penal, e quando estão inócuos os demais ramos do Direito, ocorre a incidência do princípio da:

- a) intervenção mínima
- b) abolição penal
- c) pena gravosa
- d) lei correta

# DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL

## → DIREITO CIVIL - DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE (ARTS. 1º A 10)

1. (SELECON – 2025) Considerando o vigente art. 3º do CC/2002, nos termos da alteração realizada pela Lei n.º 13.146 de 2015, absolutamente incapazes serão os:

- a) menores de 16 (dezesesseis) anos
- b) menores de 18 (dezoito) anos
- c) deficientes mentais
- d) ébrios habituais (os alcoólatras)

## → DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE (ARTS. 11 A 21)

2. (SELECON – 2024) Zeki Hilal é advogado no município M e recebe cliente para analisar questões pertinentes ao seu corpo e dos seus familiares. Um dos itens da consulta consiste em verificar se pode haver a diminuição permanente da integridade física dos indivíduos. Nos termos do Código Civil, essa diminuição da integridade física poderá ser admitida nos casos de:

- a) fungibilidade
- b) transplante
- c) contrato
- d) doação
- e) álea

## → DISPOSIÇÕES GERAIS - PESSOAS JURÍDICAS (ARTS. 40 A 52)

3. (SELECON – 2024) Enna e Borsippa querem constituir pessoa jurídica de direito privado regulada pelas normas do Código Civil. Nos termos das normas pertinentes, a existência legal dessas pessoas jurídicas, constantes do Estatuto Civil, inicia-se com a:

- a) formulação dos estatutos de constituição
- b) assinatura da ata de instituição da pessoa
- c) inscrição do ato constitutivo no respectivo registro
- d) certificação dos contratos por cartório reconhecido pelo Estado

## → DAS ASSOCIAÇÕES (ARTS. 53 A 61)

4. (SELECON – 2026) Com relação às associações, dispõe o Código Civil Brasileiro de 2002 que:

- a) a qualidade de associado é intransmissível, se o estatuto não dispuser o contrário
- b) a exclusão do associado será admitida em votação, independente de justa causa
- c) elas podem ser constituídas pela união de pessoas que se organizem para fins econômicos
- d) dentre outros previstos em lei, no estatuto deverá constar as fontes e recursos para sua manutenção, os direitos e deveres dos associados, com direitos iguais, sem possibilidade de previsão de vantagens especiais

## → DAS FUNDAÇÕES (ARTS. 62 A 69)

5. (SELECON – 2026) Com relação às fundações, dispõe o Código Civil Brasileiro de 2002 que:

- a) elas poderão ser criadas para fins de segurança alimentar e nutricional
- b) O Ministério Público Estadual não poderá velar pelas fundações, considerando seu caráter privado
- c) sua criação poderá ocorrer por testamento, em ato de última vontade, sendo desnecessária a dotação especial de bens livres
- d) a criação de fundações somente ocorrerá por meio de lei local ou estadual que autorize a sua regular criação dentro do território indicado

## → DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

6. (SELECON – 2026) O Código Civil Brasileiro de 2002 prevê a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica inversa. Assim sendo, com relação a tal desconsideração, é correto afirmar que:

- a) ela pode ser decretada de ofício
- b) aplica-se a ela a teoria maior da desconsideração da personalidade jurídica
- c) ela poderá ser utilizada para atingir o patrimônio da pessoa jurídica nos casos de mera existência de grupo econômico
- d) ela será cabível apenas nos casos de confusão patrimonial e em outros atos de descumprimento da autonomia patrimonial

# LEI DE LICITAÇÕES

## → DIREITO ADMINISTRATIVO (DOCTRINA E LEIS FEDERAIS) - DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/2021)

**1. (SELECON – 2026)** A Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021) tem como objetivo precípuo a garantia da transparência, da isonomia e da concorrência justa nas contratações públicas. Considerando exclusivamente o disposto em seu art. 1º, essa lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para:

- as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias, abrangendo os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa, assim como os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública
- as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, das empresas públicas, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias, não abrangendo os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa, assim como os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública
- as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa, assim como os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública
- as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, não abrangendo os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário da União, dos Estados e do Distrito Federal e os órgãos do Poder Legislativo dos Municípios, quando no desempenho de função administrativa, assim como os fundos especiais e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela Administração Pública

**2. (SELECON – 2024)** A modalidade de licitações que, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021, deve ser utilizada pela Administração nas contratações de objetos que envolvam inovações tecnológicas, naquelas em que seja impossível a entidade contratante ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado e as especificações técnicas serem definidas com a exatidão necessária, é a modalidade denominada:

- pregão
- concurso
- concorrência
- diálogo competitivo

**3. (SELECON – 2024)** O termo de referência é um documento necessário para a contratação de bens e serviços em uma licitação. Um dos elementos descritivos que esse termo deve conter é o:

- parecer jurídico
- preço competitivo
- prazo do contrato
- motivo da contratação

## → PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021)

**4. (SELECON – 2026)** De acordo com a Lei Federal n.º 14.133/2021, quando um único agente concentra várias atribuições de elevada relevância, sobretudo sujeitas a risco operacionais e institucionais, em especial na ocultação de fraudes, compromete o princípio expresso da licitação denominado:

- segregação de funções
- economicidade
- transparência
- eficácia

**5. (SELECON – 2025)** Mary, arquiteta, realizou vários cursos de aperfeiçoamento em licitações com o intuito de auxiliá-la no Departamento de Obras vinculado a órgão público. Como efeito do seu processo de qualificação, sugeriu a reorganização dos setores com atribuição para compras e alienações de bens ao Coordenador. Nos termos da Lei Federal n.º 14.133/2021, devem ser observados vários princípios das licitações, dentre os quais está o da segregação de:

- funções
- poderes
- habilidades
- competências

**6. (SELECON – 2024)** Ao deparar-se com demandas de aquisição de bens, contratação de serviços ou execução de obras, a Administração Pública convoca, sob condições estabelecidas em ato próprio (edital de licitação), interessados para apresentação de propostas para suprir uma necessidade administrativa.

A este processo dá-se o nome de licitação, que tem como finalidade:

- contratar o objeto licitado por preços inexequíveis para que os contratos tenham caráter mais vantajoso para a Administração Pública
- garantir que os licitantes tenham tratamento diferenciado entre si para que sejam respeitadas as particularidades do fornecimento de materiais e serviços
- adquirir bens ou serviços que sejam ofertados, sempre, pelo menor valor, o que gera economia nas contratações públicas

# ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA E AFO

## → ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA - ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO)

1. (SELECON – 2023) O elemento do processo de organização que está relacionado à obrigação e ao dever do colaborador quanto à realização das tarefas ou atividades é denominado:

- a) hierarquia
- b) autoridade
- c) responsabilidade
- d) cadeia de comando
- e) amplitude de controle

Administrador

2. (SELECON – 2024) O papel da disseminação é a atividade em que o administrador envia informação para os membros de outras organizações, encaminha relatórios e faz contatos. Esse papel pertence à categoria denominada:

- a) informacional
- b) interpessoal
- c) liderança
- d) decisória

## → EFICIÊNCIA, EFICÁCIA E EFETIVIDADE

3. (SELECON – 2024) Na evolução das teorias de Administração são criados e aplicados novos conceitos à gestão das organizações. Assim, o conceito que tem ênfase nos meios, que busca fazer as coisas corretamente e que estabelece relação de custo benefício, visando a salvaguardar os recursos da organização, é o da:

- a) eficácia
- b) eficiência
- c) efetividade
- d) exclusividade

## → ESCOLA DA ADMINISTRAÇÃO CIENTÍFICA

4. (SELECON – 2025) O princípio básico da Administração Científica de Ford, que visa a reduzir o tempo de duração dos processos, com a utilização imediata dos equipamentos e das matérias-primas e a rápida colocação do produto da empresa no mercado, é o denominado princípio da:

- a) execução
- b) produtividade
- c) intensificação
- d) economicidade

## → ESCOLA DA TEORIA CLÁSSICA

5. (SELECON – 2025) Fayol definiu princípios gerais da administração adaptáveis a qualquer tempo, lugar ou circunstância. Nesse sentido, o direito de dar ordens e o poder e esperar obediência e o dever de prestar contas estão relacionados aos seguintes princípios:

- a) ordem e disciplina
- b) autoridade e responsabilidade
- c) unidade de comando e unidade de direção
- d) hierarquia e subordinação dos interesses individuais

## → TEORIA DA BUROCRACIA

6. (SELECON – 2022) A abordagem da Administração que apresentou como princípios a divisão do trabalho, a impessoalidade, o profissionalismo, a autoridade e a separação de domínios públicos e privados é a teoria:

- a) da burocracia
- b) comportamental
- c) clássica da administração
- d) da administração científica

## → TEORIA COMPORTAMENTAL

7. (SELECON – 2023) A motivação humana, segundo os fundamentos da Teoria Comportamental, está organizada em uma hierarquia de importância de acordo com as necessidades do homem. Dentre essas necessidades, aquela que está relacionada com o próprio potencial e com o autodesenvolvimento contínuo da pessoa denomina-se:

- a) social
- b) estima
- c) segurança
- d) autorrealização

# REDAÇÃO OFICIAL

## → DEFINIÇÃO E ATRIBUTOS DA REDAÇÃO OFICIAL

**1. (SELECON – 2025)** Em janeiro de 1991, o Gabinete da Casa Civil da Presidência da República determinou, pelo Decreto-Lei nº 100.000, a elaboração do documento que normatizou a redação dos atos normativos e nesse contexto, tornou-se referência para a comunicação oficial da Presidência da República. A esse documento e para as suas revisões, deu-se o nome de:

- a) Manual Brasileiro de Normas Técnicas
- b) Manual de Redação e Estilo da Presidência da República
- c) Manual de Redação da Presidência da República
- d) Manual Técnico de Redação dos Atos Normativos

**2. (SELECON – 2025)** A Presidência da República possui um manual segundo o qual a redação oficial deve caracterizar-se por:

- a) prolixidade
- b) subjetividade
- c) informalidade
- d) impessoalidade

**3. (SELECON – 2025)** Uma das características da redação oficial é a impessoalidade. Essa característica do texto oficial, entre outros sentidos, indica:

- a) a manutenção da pessoalidade dos atos administrativos, pois a ação administrativa deve ser exercida por intermédio dos interesses de seus servidores e da vontade estatal
- b) a obrigatoriedade de que a administração pública proceda de modo a não privilegiar ou prejudicar ninguém, de que o seu norte seja sempre o interesse público
- c) a imediata compreensão do leitor, sem termos obscuros ou impróprios
- d) a transmissão do máximo de informações com o mínimo de palavras

**4. (SELECON – 2025)** De acordo com o Manual de redação da Presidência da República, os atributos da redação oficial são: clareza e precisão, objetividade, concisão, coesão e coerência, impessoalidade, e o último item é:

- a) formalidade e padronização
- b) conclusão lógica
- c) resumo
- d) endereçamento

**5. (SELECON – 2024)** Segundo o Manual de Redação da Presidência da República, a redação oficial é a maneira pela qual o Poder Público:

- a) redige comunicações oficiais e atos normativos
- b) produz seus textos de modo objetivo e pessoal

c) oficialmente se comunica por e-mails e mensagens eletrônicas

d) redige suas mensagens, sempre de modo conservador à inovação linguística

**6. (SELECON – 2024)** O Manual de Redação da Presidência da República indica que a redação oficial conta com vários atributos. Dentre eles, destaca-se a articulação da linguagem comum ou técnica para a perfeita compreensão da ideia veiculada no texto, com atenção para a escolha de expressões e palavras que não confiram duplo sentido à mensagem. Esse atributo denomina-se:

- a) coesão
- b) precisão
- c) concisão
- d) impessoalidade

**7. (SELECON – 2024)** Em uma redação oficial, o atributo que consiste em dizer o máximo de informações em poucas palavras, evitando redundâncias, mencionando somente o que for significativo e expressivo para caracterizar um fato ou uma ação, é conhecido como:

- a) coesão
- b) precisão
- c) concisão
- d) coerência


**8. (SELECON – 2024)** A redação oficial é a maneira pela qual o poder público redige comunicações oficiais e atos normativos. Seus princípios podem ser demonstrados por sua:

- a) opacidade e informalidade
- b) impessoalidade e concisão
- c) subjetividade e criatividade
- d) pessoalidade e complexidade

**9. (SELECON – 2023)** Segundo o Manual de Redação da Presidência da República (BRASIL, 2018), o atributo utilizado em um texto que leva o leitor direto ao assunto e às informações, sem excessos de palavras e de ideias, denomina-se:


- a) objetividade
- b) formalidade
- c) coerência
- d) coesão

# MAIS DE 100 MIL ALUNOS APROVADOS!

 799 APROVADOS NO  
BANCO DO BRASIL 2021

 92 APROVADOS  
NO TJ-MG 2022

 213 APROVADOS  
NO SEAGRI/DF 2022

 337 APROVADOS  
NO INSS 2022



## GOSTOU DESSA DEMONSTRAÇÃO?

Aproveite o Desconto especial e adquira  
a versão completa desse material!

[ADQUIRIR MATERIAL COMPLETO](#)